

# Sarney faz último ataque ao parlamentarismo

## Ulysses adia a entrega do substitutivo

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, confirmou ontem o adiamento do prazo de apresentação do novo substitutivo do deputado Bernardo Cabral, que só será conhecido sexta-feira. Ele justificou a medida, dizendo que recebeu diversos apelos, inclusive do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos.

A razão principal apresentada, segundo ele, é que há entendimento sobre pontos importantes, entre eles a definição do sistema de governo, além da necessidade de aprimoramento e reexame de caráter geral do texto. «Quanto melhor sair o substitutivo mais fácil será a sua tramitação e acaba-se ganhando tempo em plenário», afirmou Ulysses Guimarães.

### Calendário

O adiamento da entrega do parecer do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, provocou alterações nos prazos da Constituinte. O parecer seria entregue hoje, mas devido ao impasse em torno do sistema de governo, será entregue na sexta-feira. Este prazo, no entanto, ainda está sujeito a alterações, dependendo de negociações partidárias.

São as seguintes as datas para os trabalhos da Constituinte: Sexta-feira, dia 18, entrega do segundo substitutivo, ou parecer, do relator; nos dias 19 e 20 haverá a publicação e a divulgação dos avisos do substitutivo. Dias 21 e 22: apresentação de pedidos de destaque para votação por parte de constituintes e lideranças. No dia 23 a Comissão de Sistematização organiza os pedidos de destaque para o conhecimento dos líderes e constituintes.

De 24 até o dia 8 de outubro é o prazo para a votação do substitutivo e dos destaques no plenário da Sistematização. Dia 9 será feita a redação final do substitutivo que for aprovado. Nos dias 10 e 11 publicação e divulgação dos avisos. Dias 12 e 13 apresentação de destaques para votação no plenário da Constituinte. Dia 14 de outubro, conhecimento dos destaques pelos líderes e constituintes. No dia seguinte começará a votação, em primeiro turno, do projeto de Constituição pelos constituintes.

## Transferência de tributação gera polêmica

O aumento nas transferências de recursos da União para as regiões Norte-nordeste e Centro-Oeste, de 2% para 3% é a questão que divide hoje a cúpula dirigente da economia do País, capitaneada pelo ministro da Fazenda, Luis Carlos Bresser Pereira, e 292 deputados constituintes, envolvendo ainda o presidente da República, José Sarney.

«Vocês deixam de ser 292 agora, porque eu estou com vocês», teria dito o presidente Sarney, a um grupo suprapartidário de parlamentares que o procurou no meio da semana passada, para defender o aumento das transferências. No último fim de semana, quando a questão foi levantada na residência do ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, Bresser reagiu de maneira diferente.

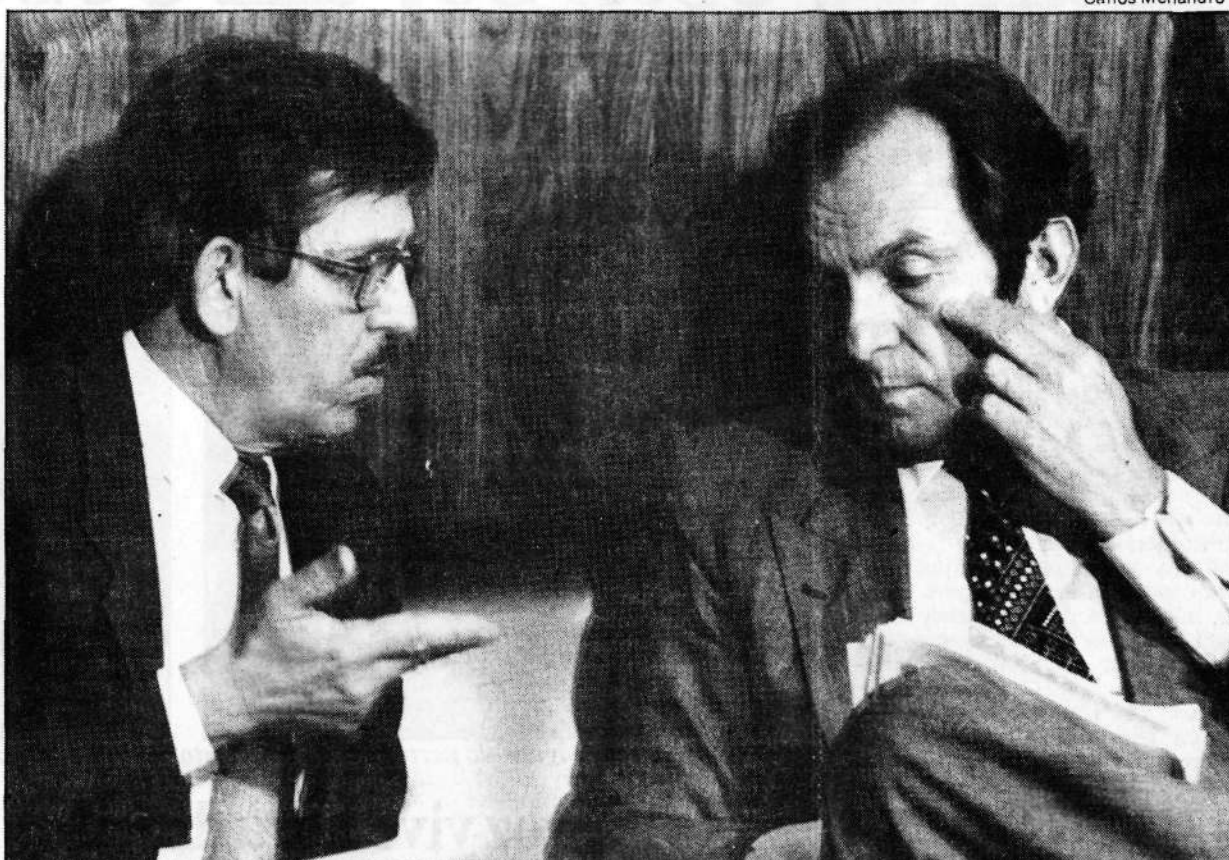
«O que o ministro não quer é perder a chave do cofre, ou o poder que exerce para distribuir os recursos da maneira que melhor sirva aos interesses políticos que defende», ataca um deputado do PFL, deixando entender que a luta pela sucessão do presidente José Sarney vai passar pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

### Pelos fundos

O mesmo deputado calcula que, atualmente, pelo sistema de distribuição regionalizada dos tributos arrecadados pela União, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ficam com somente 18% do total. Adotado o novo sistema previsto no projeto constitucional, esta participação se elevaria para 40%, um percentual que considera justo, já que as três regiões abrigam 40 milhões de habitantes.

«Até a bancada paulista concorda em que é melhor uma distribuição mais justa, para evitar as pressões sobre as grandes capitais. O que nós pretendemos é acabar com as viúvas de maridos vivos (porque precisaram emigrar), com a mortandade infantil desenfreada nas regiões mais carentes e com o analfabetismo completo», diz um parlamentar eleito pelo Estado de Piauí.

O mesmo parlamentar, que esteve presente à reunião na casa do Ministro Ronaldo Costa Couto, de onde o ministro Bresser Pereira teve que sair pelos fundos para não falar aos jornalistas, diz que os constituintes não poderão perder esta chance de «libertação nacional», porque ao mesmo tempo em que se transferem recursos para as unidades federativas, também serão transferidas responsabilidades. «Vamos acabar com essa peregrinação de prefeitos e governadores aos gabinetes de Brasília», completa o deputado.



Scalco e Bernardo Cabral tentam encontrar saídas na negociação sobre sistema de governo

## Cabral anuncia que emenda de Néilson já obtém consenso

A emenda parlamentarista do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), com alterações propostas pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), já é consenso entre as várias correntes parlamentaristas, segundo o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Ontem, ele esteve com o líder em exercício do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco, para juntar esforços no sentido de que o parlamentarismo seja implantado gradualmente, o que ainda divide os parlamentaristas.

Cabral acredita que a implantação do parlamentarismo de maneira gradual é a melhor forma de superar o impasse em torno do Sistema de Governo. Ele defende uma transição de três anos para a adoção do sistema. No primeiro ano e meio o presidente com seis anos de mandato, nomearia um primeiro-ministro de sua confiança, que não poderia receber moção de censura do parlamento. No um ano e meio seguinte, no final do mandato, o primeiro-ministro poderia cair com a moção de censura.

### Scalco agora lidera o PMDB

O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) assumiu ontem a liderança do PMDB, na Constituinte, em substituição ao senador Mário Covas, operado nesse fim de semana, em São Paulo. Discreto, metódico e eficiente, o deputado Euclides Scalco consegue uma proeza singular: as três principais lideranças do PMDB na Constituinte — o deputado Ulysses Guimarães e os senadores José Richa e Mário Covas — têm nele a mais absoluta confiança. O seu bom trânsito não pára aí: integrante do grupo progressista do PMDB quebrou o isolamento de sua corrente, abrindo e consolidando um processo de entendimento

## Freire admite possibilidade de atentado

Recife — O deputado Luís Freire (PMDB-PE) filho do ex-ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, admitiu ontem após a missa de sétimo dia em memória de seu pai que sua família suspeita que tenha sido um atentado o acidente aéreo que vitimou Freire e o presidente do Incra, José Eduardo Raduan e as demais pessoas que estavam na aeronave.

Segundo ele, os auxiliares do ex-ministro já tinham conhecimento de que ele vinha recebendo ameaças de morte mas não quis entrar em detalhes. «A nós eles nunca falou isso e nem tinha receio de viajar de avião, embora o do Incra tenha tido problemas de aréa no tanque de combustível», ressaltou.

Luís Freire disse ainda que sua mãe e os demais membros da família aguardam o resultado do inquérito sobre as causas do acidente mas esperam sobretudo «que com esta ou com outra equipe o Mirad consiga levar adiante as ideias de Freire, fazendo a reforma agrária mais abrangente possível».

Justiça  
O arcebispo de Olinda e Recife, dom Cardoso Sobrinho, da ala conservadora da Igreja e o bispo-auxiliar de João Pessoa, dom Marcelo Carvalheira, da ala progressista, defenderam a justiça no campo através da reforma agrária ao presidirem a missa solene, ontem no Mosteiro de São Bento, em Olinda.

Lembrando o exemplo de Marcos Freire, dom Cardoso afirmou que a reforma deve ser pacífica «sem violência e sem derramamento de sangue».

Dom Marcelo, amigo de Freire e que viajou da Paraíba com o fim exclusivo de participar da celebração, disse que a distribuição de renda no Brasil, é uma «das mais iníquas do mundo e só a reforma agrária poderá torná-la mais justa».

com os chamados modernos do PFL — o Grupo do Consenso —, de grande influência no processo constituinte.

Scalco, um farmacêutico tido como bom organizador de partido e paciente negociador, não tem duas das principais qualidades atribuídas ao líder Mário Covas — a brilhante oratória e o carisma. Mas, em compensação, ele se sente inteiramente à vontade nesta etapa de intensa negociação, pois já vinha exercendo este papel em nome do próprio Covas, conhecendo detalhadamente as diversas alternativas para cada ponto polêmico do substitutivo Bernardo Cabral.

Nas próximas 72 horas, último prazo para a entrega do segundo substitutivo constitucional, o presidente José Sarney usará todas as táticas de persuasão para que haja consenso sobre o sistema de governo. Até agora, no entendimento do Presidente, este consenso não existe. Ele quer que os constituintes se definam para a negociação final entre a Executivo e a Assembleia Nacional Constituinte.



putado Cid Carvalho, que quer a implantação gradual do parlamentarismo.

### Presidencialismo

Para quem ainda espera uma mudança de rota de Sarney, deve-se deixar claro que desde 18 de maio passado, data do pronunciamento em que fixou unilateralmente seu mandato em cinco anos, o próprio Sarney definiu qual o sistema de governo que preencheria melhor o processo de transição. O Presidente da República fez, sem alardes, uma defesa explícita do presidencialismo. Era um aviso para as polêmicas da época, quando se debatia a redução do mandato presidencial ou a redução dos poderes do chefe do Governo.

E Sarney, desde esta época, não mudou de posição. Se, em algum momento, ele foi parlamentarista, agora acredita que a «súbita» defesa deste sistema de governo não passa de mais uma forma para golpear o seu mandato. E ele concorda até em dividir os poderes com o Congresso, mas não aceitará, de maneira nenhuma, ser figura decorativa, porque não acredita na autenticidade da maioria dos constituintes que agora defendem o parlamentarismo.

O Presidente está convicto de que a defesa desta tese é fogo de palha» e critica os recém-convertidos a este sistema de governo dizendo que eles só estão pensando no presente e «devem pensar no futuro, porque a Constituição é um pacto com o futuro».

Em declaração transmitida pelo porta-voz, o Presidente se manifestou sobre o problema, afirmando: «Não serei empecilho à negociação de uma fórmula consensual, desde que sejam considerados os requisitos de governabilidade e o futuro dos presidentes da República». Sarney não aceita, de forma alguma, nenhuma fórmula transitória ou parcelada, como sugere a proposta apresentada pelo de-

O Presidente está convicto de que a defesa desta tese é fogo de palha» e critica os recém-convertidos a este sistema de governo dizendo que eles só estão pensando no presente e «devem pensar no futuro, porque a Constituição é um pacto com o futuro».

## Ontem, surgiram ironias

O presidente José Sarney já leu todas as propostas sugerindo o parlamentarismo como sistema de governo, e não gostou de nenhuma delas. Na primeira análise feita pelo Presidente, ele fez uma crítica, afirmando que «elas refletem muito mais o assembleísmo do que o parlamentarismo». Sarney também está pessimista quanto ao consenso sobre sistema de governo. Ele acredita que a decisão sairá do plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Estas considerações foram transmitidas pelo presidente da República, no início da noite de ontem em tom de ironia, ao deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), em audiência extra-agenda. Na saída da audiência, o parlamentar pernambucano conversou rapidamente com os jornalistas informando que Sarney «não acredita mais

no censo em torno do sistema de governo».

Disse o parlamentar pefelista, primeiro vice-líder de seu partido, que o presidente da República, durante a audiência, se manifestou «decepcionado» com as propostas parlamentaristas. «Sarney — afirmou Inocêncio — se sente também constrangido em negociar o parlamentarismo com o mandato de seis anos».

Esta proposta é considerada uma «barganha» por Sarney e ele não quer se submeter a este tipo de proposta.

Na opinião de Sarney, informou Inocêncio de Oliveira, a proposta de presidencialismo será aprovada «com facilidade» na Comissão de Sistematização mas terá dificuldades em ser aprovada no plenário da Constituinte.

## Planalto joga em duas frentes

O presidente José Sarney está fazendo um duplo jogo em relação à definição do sistema de governo. De um lado, o canal oficial do Governo — o ministro Ronaldo Costa Couto e o deputado Carlos Sant'Anna, por exemplo — continua a trabalhar em favor da manutenção do sistema presidencialista, tentando aprovar a emenda Theodoro Mendes. De outro, emissários sem a chancela oficial, mas com o sinal verde do próprio Sarney — os deputados Alberício Filho (PMDB-MA) e Henrique Alves (PMDB-RN), entre outros — buscam viabilizar um acordo em torno da mudança gradual do sistema de governo.

Esses duplo jogo está produzindo como resultado a convocação de ambos os setores que trabalham afinados com o Presidente de que realmente interpretam o seu pensamento. No último fim de semana, o deputado José Lourenço, líder do PFL, que, articulado com Sarney, trabalha ativamente pelo presidencialismo, chegou a ficar confuso com as informações desencontradas obtidas pelos diversos interlocutores presidenciais.

Para complicar ainda mais o

## Pressão vai rachar PFL, afirma Alzeni

O primeiro-vice-líder do PFL, deputado Alzeni Guerra (PR), criticou ontem os instrumentos de pressão que o Governo estaria disposto a usar para que os liberais votem a favor da manutenção do presidencialismo, argumentando que essas pressões podem ter «sérias consequências». Ele disse ao presidente do PFL, senador Marco Maciel, com quem se reuniu na noite de domingo, que o partido não pode cometer o erro de contribuir para manter um presidencialismo «que liquida o País, o Congresso e os parlamentares».

«Se forem usados os instrumentos de pressão que estão ameaçando usar, o PFL racha», garantiu o parlamentar, que citou entre esses instrumentos a «pressão emocional» e a «cobrança» em cima de benefícios já conseguidos pelos parlamentares.

Na noite de domingo, o senador Marco Maciel reuniu-se em sua residência com Alzeni, com o líder na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), com o secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), e com o líder no Senado, Carlos Chiarelli, para discutir a posição do partido em relação à forma de governo. Maciel estaria convencido de que prevalece no partido a posição a favor do presidencialismo, resultando disso a sua disposição de, em primeiro lugar, lutar pela aprovação da emenda Theodoro Mendes (PMDB-SP).

quadro, o deputado Ulysses Guimarães também está jogando com duas possibilidades: ele atua, em meio às intensas e sucessivas negociações para viabilizar a sua própria emenda presidencialista, que foi apresentada pelo deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), incorporando algumas práticas parlamentaristas como a moção de censura a ministros etc, mas preservando a chefia do Governo para o Presidente da República. Ao mesmo tempo, Ulysses não desestimula os parlamentaristas, deixando claro que não será um obstáculo à mudança do sistema de governo.

### Primeiro-ministro

Políticos próximos a Ulysses estão convencidos de que ele será, caso seja realmente adotado o parlamentarismo, o primeiro político a chefiar o Gabinete. O próprio Ulysses também estaria convencido disto.

Ontem, Ulysses não quis comentar as declarações do ministro Ronaldo Costa Couto interpretadas como uma ducha fria em um entendimento em torno do parlamentarismo. (Andrei Meireles)

## Gradualismo poderá ser a última opção

Parlamentarismo gradual. Esta proposta poderá ser a última chance de negociação entre os grupos parlamentaristas e presidencialistas na Constituinte, que têm até sexta-feira para apresentarem uma proposta de consenso ao relator da Comissão de Sistematização.

O Palácio do Planalto mantém-se irreductível na defesa do presidencialismo, mas a emenda do deputado Bonifácio de Andrade (PDS-MG), que propõe a implantação gradual do sistema preservando os poderes do presidente José Sarney até o término do quinto ano de seu mandato, abriu espaços para a negociação. Ontem, o interlocutor do grupo prô-gradualismo, senador José Richa (PMDB-PR) encontrou-se com o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, para discutir a viabilidade desse novo modelo.

Existem hoje seis propostas em discussão na Constituinte: as presidencialistas do deputado Theodoro Mendes, e do deputado Manoel Moreira e a do bloco de esquerda; e as parlamentaristas do senador Afonso Arinos, do deputado Bonifácio de Andrade e do senador Nelson Carneiro. As que mais se destacam nas negociações são as de Theodoro Mendes — apoiada pelo Palácio do Planalto — e a do senador Nelson Carneiro — que satisfaz desde os parlamentaristas mais ortodoxos até os gradualistas. (Carmen Kozak)